

PSICOLOGIA, POVOS INDÍGENAS E GRADE CURRICULAR

Ana Karoline Martins Leite¹; <https://orcid.org/0000-0002-9664-1405>

Nara Maria Forte Diogo Rocha²; <https://orcid.org/0000-0001-5040-1492>

Resumo

A produção deste artigo visa avaliar e questionar como a psicologia está formulando discussões acerca da população indígena brasileira nas grades curriculares vigentes nos cursos de graduação de psicologia durante o ano de 2020. A partir da perspectiva metodológica de análise documental e de conteúdo, o artigo teve como objetivo analisar as grades curriculares de cursos de Psicologia no Brasil com notas equivalentes a quatro e cinco do Coeficiente Preliminar dos Cursos (CPC) no MEC. Com análise de 217 cursos que seguem esse critério, chegou-se ao conhecimento de que cerca de oito cursos possuem disciplinas voltadas aos aspectos da psicologia e o campo, com foco nos povos indígenas. As disciplinas dividiram-se em 7 eletivas ou optativas e 1 na categoria obrigatória, sendo 6 em instituições particulares e 2 em públicas. Esse número mostra que ainda há escassez desse conteúdo dentro das grades curriculares, o que, por certo, impacta a formação de estratégias de atuação junto a estes povos, percebendo-se assim a necessidade da psicologia se refazer para melhor acolher as demandas do campo.

Palavras-chave: Psicologia; Matriz curricular; Povos indígenas.

Psychology, indigenous people and curriculum

Abstract

This article aims to evaluate and question how psychology is formulating discussions about the Brazilian indigenous population in the curricula in force in undergraduate psychology courses during 2020. From the methodological perspective of documentary and content analysis, the following article aimed to analyze the curricula of psychology courses in Brazil with grades equivalent to four and five in the MEC's Preliminary Course Coefficient (CPC). By analyzing 217 courses that follow this criterion, it was discovered that around eight courses have subjects focused on the aspect of psychology and the land, focusing on indigenous peoples. The subjects were divided into 7 electives or options and 1 in the compulsory category, 6 in private institutions and 2 in public institutions. This number shows that there is still a shortage of content within the curricula, which certainly , impacts the strategies designed for working with these peoples, thus realizing the need for psychology to remake itself in order to better meet the demands of the area.

Keywords: Psychology; Curricular Matrix ; Indigenous People.

Psicología, pueblos indígenas y curriculum

Resumen

Este artículo tiene como objetivo evaluar y cuestionar cómo la psicología está formulando discusiones sobre la población indígena brasileña en los planes de estudio de los cursos de psicología de pregrado durante 2020. Desde la perspectiva metodológica del análisis documental y de contenido, el siguiente artículo tuvo como objetivo analizar los currículos de los cursos de psicología en Brasil con notas equivalentes a cuatro y cinco en el Coeficiente Preliminar de Cursos (CPC) del MEC. Al analizar 217 cursos que siguen este criterio, supimos que alrededor de ocho cursos tienen asignaturas centradas en el aspecto de la psicología y el campo de los pueblos indígenas. Las materias se dividieron en 7 electivas u optativas y 1 obligatoria, 6 en instituciones privadas y 2 en públicas. Este número muestra que todavía hay una escasez de contenido dentro de los planes de estudio, lo que sin duda fomenta la formación de estrategias para trabajar con estos pueblos, dándose así de la necesidad de que la psicología se rehaga para satisfacer mejor las demandas del campo.

Palabras clave: Psicología; Plan de Estudios; Pueblos Indígenas.

1 Escola de Saúde Pública do Ceará – Fortaleza – CE – Brasil; ensinoepesquisa@cario.com.br

2 Universidade Federal do Ceará – Fortaleza – CE – Brasil; narafdiogo@ufc.br

Introdução

De acordo com a lei 11.645/2008, que altera a lei 9.394/1996 e 10.639/2003, foi estabelecida a obrigatoriedade curricular do tema “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Esta lei possui grande impacto na formação e mostra a necessidade de estar a par das realidades brasileiras, seja em suas lutas ou formação. A inserção curricular a partir destas diretrizes e bases da formação e educação nacional garantem estudos como os compreendidos pelo artigo um, sobre (Brasil, 2008, 2020)

[...] estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Embora englobe ensino fundamental e médio, também está atrelado ao ensino superior, onde salienta a importância para o estudo e compreensão do assunto. O entendimento desta lei, atrelado ao pensamento de Martín Baró (1996), teórico da Psicologia Social da Libertação, aponta a noção de que o psicólogo deve estar ciente sobre as condições sociais “onde se materializa toda individualidade humana” (Baró, 1996, p.1).

De acordo com o último Censo (IBGE, 2023) realizado, passam de 1 milhão de pessoas no Brasil se consideram indígena, representando 0,8% da população, sendo a maioria na região Norte (44%), seguido pelo Nordeste (31%), Centro-Oeste (11%), Sudeste (7%) e Sul (5%). No montante, são cerca de 274 línguas indígenas e 305 etnias no Brasil (IBGE, 2010), com pelo menos 573 terras indígenas declaradas (IBGE, 2023).

Tal qual citado anteriormente, traçando em conjunto com os números apresentados, é necessário compreender que essa interface significa dar visibilidade às questões referentes à relação entre psicologia e povos indígenas, como será abordado ao longo do texto, a partir da bibliografia consultada (Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região [CRP SP], 2010, 2016; Conselho Regional de Psicologia [CFP], 2022). Em mesma análise, notou-se que na formação universitária da psicologia ainda é incipiente, até o momento, a inclusão do material sobre essa temática.

Com o intuito de investigar a hipótese de que ainda não há campo de estudo dentro das estruturas

curriculares vigentes, decidiu-se elaborar um levantamento documental sobre as estruturas curriculares dos melhores avaliados cursos de Psicologia ao longo do país, para analisar como se dá o espaço de ensino sobre povos indígenas dentro desses cursos na atualidade. Ao dar-se conta de que lugar é este, também se espera fomentar estratégias pedagógicas que deem suporte a esse conteúdo.

Para tanto, pensar esta investigação sobre qual maneira a formação acadêmica em psicologia está lidando com a temática dos povos indígenas é relevante ao refletir espaços e, sobretudo, modos de atuação singular. Visto que há mais de uma etnia indígena ao longo do território brasileiro (IBGE, 2010; CFP, 2022), isto demonstra o impacto no processo de atuação, ao perceber que o modo de intervir não pode ser generalizado (CRP SP, 2010, 2016).

O objetivo deste artigo, para tanto, é analisar o espaço como a temática “povos indígenas” se encontra dentro da psicologia enquanto ensino nos cursos vigentes, verificando assim o modo curricular do ensino de povos indígenas dentro da psicologia e podendo discutir possíveis estratégias pedagógicas para o ensino a respeito dos povos indígenas.

Método

Por tratar-se de uma pesquisa exploratória, os métodos aplicados serão de natureza de pesquisa documental, de acordo com os preceitos investigativos de Marconi e Lakatos (2003). Este levantamento foi realizado durante o período de abril de 2020 a agosto de 2020, fator este que pode ter corroborado para as poucas respostas encontradas, especialmente após a publicação das Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) junto aos povos indígenas (CFP, 2022), tendo assim uma nova revisão do fazer da psicologia e suas possibilidades dentro deste contexto.

Foi selecionado como corpus as estruturas curriculares de cursos de psicologia distribuídos pelo território nacional com notas equivalentes a quatro e cinco, em análise estabelecida pelo Ministério da Educação a partir de avaliação Coeficiente Preliminar dos Cursos (CPC). Este é um dos indicadores da qualidade dos cursos de ensino superior, com variáveis de avaliação desde a infraestrutura do espaço, até os recursos educacionais, obtidos a partir do ENADE (Brasil, 2023).

O critério de inclusão deu-se com as avaliações notas 4 e 5 na escala CPC às instituições de graduação,

de modo a investigar os cursos com melhores avaliações no Brasil. Foram excluídos os cursos com avaliações abaixo da indicada ou cujas estruturas curriculares não estivessem disponíveis para consulta na internet.

As análises foram feitas a baseadas na Análise documental e de conteúdo de Bardin (1977, p. 46), onde a autora afirma que:

O objectivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.

A construção das categorias se deu conforme a autora (1997), ao afirmar que estas são uma retratação mais resumida sobre os dados coletados. Estas categorias se forneceram ao estudo, a partir da organização em semântica, percebendo entre estas, o seu ponto comum. Para análise, as categorias foram elaboradas, a partir do corpus, da seguinte forma:

1. Abordagem de ensino:
 - a. saúde (questões interdisciplinares);
 - b. histórico;
 - c. atualidade aplicada à psicologia.

Resultados

O Código de Ética da Psicologia de 2005, do Conselho Federal de Psicologia vigente até os dias atuais, aponta, em seus princípios fundamentais, a responsabilidade de uma atuação profissional em consonância com as questões sociais, a partir dos artigos dois e três, que estabelecem (2005, 2020, p.7):

- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

Apontar essas questões é pactuar com o entendimento de uma psicologia que consiga alcançar toda a população, capaz de atender as necessidades advindas de cada uma destas. Berni (2016, p.107) menciona

que para as orientações curriculares dos cursos de psicologia (Brasil, 2011), é deixado claro que a formação possa abranger

com clareza a necessidade de a formação contemplar as bases *epistemológicas e históricas que fundamentam os saberes psicológicos*; a necessidade de compreensão dos *múltiplos fatores que interferem na amplitude do fenômeno psicológico*, para que o profissional possa atuar *considerando as necessidades sociais*. Prevê, também, a necessidade de serem criadas *interfaces com campos afins de conhecimento*, guardando, portanto, uma estreita relação com os fundamentos da ética profissional, e com as necessidades sociais como as mencionadas. Se isso, de fato, acontecesse nos processos formativos, talvez não estivéssemos abordando essa questão aqui. (grifos do autor original)

O autor citado discute sobre as estruturas curriculares que não abarcavam, até o momento de publicação do livro, disciplinas sobre atenção aos povos indígenas, percebendo-se um campo ainda pouco abordado pela psicologia.

Silva (2019) ressalta quanto ao estudo escasso sobre a saúde indígena dentro da graduação de profissionais em psicologia, bem como falta de debates acerca da realidade deles. Além disso, é relevante apontar que não estar ciente dessas realidades dentro do processo de formação em psicologia pode contribuir para as diversas situações de negligência na atuação aos povos indígenas.

É imprescindível que isto não ocorra, visto que, segundo Baró (1996), a ação da psicologia precisa estar atrelada ao conhecimento produzido pela América Latina. Uma reflexão necessária consiste em ser fundamental buscar esta psicologia que é construída

a partir de uma realidade múltipla e plural, histórica e não natural; heterogênea e não homogênea: é preciso romper com noções estereotipadas, primitivizadas, exóticas e racistas para apreender a existência e a resistência indígena e atuar em defesa dos povos a partir da ciência e da profissão.

Vianna, Cedaro e Ott (2012, apud Ferraz & Domingues, 2016) trazem a necessidade de conhecer o espaço de atuação antes mesmo de ser possível realizar a intervenção, seja com estudos da própria psicologia ou entrando em contato com outros conhecimentos

que possibilitam o entendimento daquela realidade, uma vez que a ação da psicologia com os povos indígenas deve ser contextualizada em conjunto a outras áreas, como a antropologia e conhecimentos tradicionais de cada etnia.

Um ponto que é digno de consideração desta discussão trata-se de que desde o ano de 2004, o Conselho Federal de Psicologia “tem proposto em cada Conselho Regional de Psicologia possibilidades de ações como Grupos de Trabalhos (GT), Seminários, comissões, pesquisas, entre outros, que venham dialogar e contribuir com o Encontro da Psicologia com os povos indígenas” (CFP, 2022). Na Referência Técnica

citada, inclusive, é possível observar a linha do tempo destes acontecimentos e como foram importantes para a discussão ético-política do serviço da psicologia.

Trazendo esse movimento de aquisição de conhecimento, questionou-se, a partir das discussões apresentadas: Os cursos de graduação de psicologia do Brasil estão ofertando disciplinas que abordam conteúdos sobre as populações indígenas? Utilizando-se da plataforma digital *e-mec*, com consulta pública dos escores dados às instituições de ensino superior ao longo do país.

No Brasil, a partir deste critério, 1035 graduações (ver Quadro 1) de psicologia são avaliadas pelo MEC com nota CPC.

Quadro 1
Graduação em Psicologia com nota CPC

Cursos de graduação em psicologia analisados pelo CPC	TOTAL
Notas equivalentes de 1 a 5	1035
Notas equivalentes a 4 e 5	217

Fonte: emec.mec.gov.br.

A segunda seleção de amostra de graduação deu-se nas que contemplem notas quatro e cinco nesse quesito apresentado, chegando-se ao número amostral de oito páginas em consulta pública, ou seja, 217 (ver Quadro 1) cursos de psicologia e catalogadas dentro do pesquisado.

Com os dados coletados por consulta pública, como supracitado, conseguiu-se chegar ao resultado

de duas instituições de ensino superior com nota cinco, sendo esta a nota máxima, e duzentos e vinte e duas com notas quatro.

Os Quadros 1 e 2 transparecem como os cursos de psicologia estão disseminados pelo território brasileiro, apontando que, dos 1035 cursos analisados pelo MEC a partir do critério do CPC, apenas 17%, ou seja, 217 cursos estão categorizados como excelentes dentro dos parâmetros estabelecidos.

Quadro 2
Graduações de Psicologia públicas e privadas a partir do CPC 4 e 5

Cursos de graduação com notas 4 e 5 analisados pelo CPC	TOTAL
PÚBLICAS	59
PRIVADAS	158
TOTAL	217

Fonte: emec.mec.gov.br

Ao estar a par desses 17%, obtém-se que alguns dos cursos pesquisados não apresentam matriz curricular online, - no site oficial das instituições - chegando-se a uma conclusão de que novamente as respostas poderiam ter sido diferentes caso todos os cursos apresentassem. Importante destacar que não foram avaliados os cursos de licenciatura de psicologia, visto que estes não se voltam ao processo de atuação em campo e sim de ensino-aprendizagem.

Com análise estabelecida e realizada, chegou-se a apuração de cerca de 8 cursos (ver Quadro 3) de graduação em psicologia, ou seja, 4% dos cursos pesquisados contém disciplina com o nome voltado para estudos sobre os povos indígenas e que contemple o ensino da atuação voltado à atenção desses povos (ver Quadro 4).

Quadro 3
Total de cursos de graduação em Psicologia analisados

Cursos de graduação em Psicologia com notas 4 e 5 que possuem ou não disciplina sobre povos indígenas	TOTAL
Possui	8
Não possui	209

Fonte: emec.gov.com.br.

A partir da apuração, chegou-se ao resultado de 1 disciplina obrigatória e 7 optativas ou eletivas que contemplavam o ensino da psicologia voltado à atenção aos povos indígenas, sendo 5 apenas para esse assunto e 3 para o ensino sobre a cultura afro-brasileira e indígena.

Para critérios de exclusão, optou-se por cursos em que instituições viabilizassem suas ementas em acesso público online e que houvesse “indígena” no nome da disciplina (ver Quadro 4), visto que algumas graduações não apresentavam uma ementa para análise mais aprofundada dos conteúdos apresentados por todas as disciplinas.

O Quadro 4 apresenta associação aos dados apresentados previamente, realizando divisão sobre as disciplinas que eram apresentadas em instituições públicas e privadas, inclusive fazendo essa separação, enquanto modalidade de ensino, como eletiva ou obrigatória e quanto à modalidade de instituição, tanto pública quanto privada, possivelmente atuando como uma variável no processo de ensino-aprendizagem.

Esse resultado aponta para a escassez de discussão acerca do assunto nas graduações de psicologia, indicando que apenas 4% dos cursos estavam de acordo com o critério definido inicialmente.

Quadro 4
Disciplinas encontradas

Disciplina	Modalidade
Interdisciplinaridade na atenção à saúde de povos indígenas	Optativa/privada
Psicologia e Povos Indígenas	Optativa/pública
Cuidado Integral à saúde indígena	Obrigatória/privada
Saúde das populações indígenas	Optativa/pública
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	Optativa/privada
História e cultura: afro-brasileiros e indígenas	Optativa/privada
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	Optativa/privada
Povos Indígenas na América Latina Contemporânea	Optativa/privada

Fonte: Elaboração própria a partir da relação das matrizes curriculares das seguintes instituições: UNIC, UFRR, AJES, UFAM, UNIFAJ, UNIVERSO, ITCAS/ CENSA e UNISINOS, em ordem.

Seguindo a ordem das unidades federativas, os dados sobre a presença de povos indígenas (IBGE, 2023) nos locais onde estão situadas as instituições com as disciplinas mencionadas são: UFAM (Amazonas, maior população, com 490 mil pessoas), UFRR (Roraima, quinta maior, com 97 mil pessoas), UNIC e AJES³ (Mato Grosso, sétima maior, com 58 mil pessoas), UNIFAJ⁴ (São Paulo, décima maior, com 55 mil pessoas), UNVERSO (Minas Gerais, décima primeira maior, com 36 mil pessoas), UNISINOS (Rio Grande do Sul, décima segunda maior, com 36 mil pessoas) e ITCAS (Rio de Janeiro, vigésima primeira maior, com 16 mil pessoas).

Isso é fator de influência em processos de atuação, visto que há outra visão cultural da qual até então a psicologia se acostumou a vivenciar nos espaços de escuta e que não as perceber também acaba configurando um processo de esquecimento, como aponta Conselho Federal de Psicologia (2019), ao defender que ainda há vivências que não são acompanhadas por essa área de formação sendo obrigação se atentar para as divergentes realidades que estão no território brasileiro.

Resultados

Ao chegar aos resultados da amostra pesquisada, podem-se analisar quais impactos a lei 11.645/2008 causou, pois, a mesma apresenta obrigatoriedade do ensino sobre povos indígenas nas mais diversas instituições de ensino. Trazendo isso para a psicologia, dialogando com o código de ética e sobre a discussão apresentada sobre as diretrizes curriculares, percebe-se a necessidade mais do que urgente de estar reavaliando se esse serviço realmente chega a todos.

Ao pensar em espaços de atuação, também se trata de que questões serão pertinentes, que demandas - dos sujeitos ou dos campos - irão surgir. É necessário que a psicologia saiba abordar essas questões, mas que acima de tudo saiba que irá atuar em projeto de rede, sendo este profissional e as lideranças presentes no espaço de cada etnia indígena, como por exemplo, o espaço de Atenção Básica do SUS.

Nessa perspectiva, o CFP (2019), ao tratar sobre questões de atenção aos povos originários, esclarece que a psicologia não deve agir como um saber colonizador, mas ser capaz de atuar “produzindo campos em comum

na conexão entre esses saberes” que já existem dentro de cada etnia dos povos originários (CFP, 2019, p. 37), sabendo que é imprescindível “construir os saberes e práticas “de baixo para cima”” (CFP, 2022, p. 46).

A importância do assunto é abordada no seminário “Subjetividade e a Questão da Terra”, realizado em 2004, ao dialogar sobre Subjetividade e Povos Indígenas. Vale ressaltar que uma das várias propostas apresentadas neste seminário se tratou da questão de reformulação curricular para inserir disciplinas e pautas sobre povos indígenas nas universidades (CFP, 2004).

Anos depois, outro livro nasceu do encontro sobre a discussão de Psicologia e Povos Indígenas, promovido pelo Conselho Regional de São Paulo, em 2010 e 2016 e mais recentemente, como Referência Técnica importante para a categoria, o Conselho Federal de Psicologia também lança o seu em 2022.

Ao colocar os povos indígenas em uma única categoria, esquece-se que não se pode generalizar, pois cada povo e etnia têm nuances culturais divergentes uns dos outros. Esta, então, passa a ser a principal necessidade para a psicologia se reorganizar, para então ser capaz de entender as realidades diversas e que a teoria possa amparar essa prática (CRP-SP, 2010, 2016; CFP, 2022).

Afirmar que a psicologia necessita de um olhar mais atento à diversidade de povos indígenas existentes no território brasileiro é estar em acordo com os artigos estabelecidos pelo próprio código de ética para a atuação profissional, citados inicialmente na discussão. A própria interpretação dos dados obtidos com a pesquisa traz isso à tona.

A diversidade também se traduz dentro das próprias etnias, como afirma o IBGE (2010), nos estudos especiais sobre o Brasil Indígena, que, mesmo as etnias ou línguas acabam sofrendo variações dentro de um mesmo grupo. Aponta-se também ser necessário entender e estudar a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas (Ministério da Saúde, 2007), criada em 2007, que traz diretrizes para, principalmente, os modelos de atenção para questões como diversidade cultural e criações de resolução para as problemáticas presentes em cada comunidade, em junção aos saberes dos povos indígenas de cada etnia e entre os ditos científicos (CRP- SP 2010, 2016; CFP, 2022; Ministério da Saúde, 2019).

É considerável, então, pensar no que e como será ensinado. As particularidades de cada atendimento - seja individual ou em grupo, dentro dos moldes de

3 Não encontra-se mais na matriz curricular a disciplina referida.

4 Não é mais possível acessar a matriz curricular da referida instituição.

atuação de cada espaço - precisarão, por exemplo, levar em conta questões de espiritualidade presente em cada etnia como algo central para a vivência (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO, 2016), fato este também abordado no livro *Psicologia e Povos Indígenas* (CRP SP, 2010) e nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos povos indígenas (2022).

Como forma de estratégia pedagógica, pensa-se que estimular novos espaços de discussão, para que esses 4% (ver Quadro 3) de cursos de graduação que apresentam disciplina com o ensino voltado à temática dos povos indígenas se transformem, posteriormente, em números maiores.

Para análise, cabe ressaltar Baró quando ele afirma que “não se trata de encontrar justificativas para nossas deficiências, mas de ver como podemos assumir nossa responsabilidade social” (1985, p. 23 apud BARÓ, 1996), ou seja, não se trata aqui de apontar que há falta dessas discussões na ciência psicológica, mas questionar: o que fazer, então, com isso que foi encontrado?

Ao finalizar que cerca de apenas 4% dos cursos - e as outras formas de atividade existentes supracitadas - de psicologia no Brasil possuem disciplina que correspondem aos marcadores de inclusão citados anteriormente, é preciso pensar que lugar a psicologia ocupa diante das questões de bem viver para os povos indígenas, em quais espaços atuar e noções sobre possibilidade dentro de cada realidade de cada etnia.

Considerações finais

Verificou-se, a partir de método de análise de matrizes curriculares dos cursos de graduação em psicologia, que o ensino sobre psicologia voltado aos povos indígenas ainda é incipiente doravante os critérios observados. Os objetivos foram alcançados fundamentado nos resultados vistos pelos Quadros 1, 2, 3 e 4, e pela discussão presente após análise de dados.

Espera-se que este questionamento possa também chegar não só à novas pesquisas sobre o assunto, mas também às próprias comunidades acadêmicas, ou seja, que seja instrumento capaz de fortalecer a psicologia voltada aos povos indígenas enquanto disciplina, não somente eletiva, mas também enquanto obrigatoriedade, considerando que mais de 1 milhão

de pessoas se identificam como indígenas - sendo necessário lembrar que este termo abrange diversas etnias - no Brasil (IBGE, 2023).

É necessário que a psicologia saiba acolher as demandas que chegam desses povos, não como um saber colonizador, mas de saber em rede, com a população de cada etnia, em atendimento contextualizado, compreendendo-se como uma atitude “política e militante” (CFP, 2022, p. 104).

A necessidade de tratar-se somente de disciplinas com a presença do nome indígena nas mesmas se deu devido à algumas instituições não disponibilizarem documentos para análise aprofundada de disciplinas que não possuíam o nome, como por exemplo, relações étnico-raciais. Isso significa dizer que, apesar deste artigo simbolizar e tratar de uma realidade específica, esta não é a única e muito menos quer tratar-se como o todo.

Como agenda de estudo para pesquisas futuras, ressalta-se a importância de analisar de forma aprofundada disciplinas que, mesmo sem o nome indígena, possa discutir essa temática, seja em análise pesquisa participante, como aponta Lakatos e Marconi (2003) ou abrangendo, de forma replicada, disciplinas que não obrigatoriamente possuem o nome, mas que em análise estendida, percebe-se que trabalha com esse conteúdo.

A problemática de alcance da psicologia ainda é uma discussão presente e deve ser questionada enquanto houver cursos da própria graduação - enquanto instituição primeira para a possibilidade de profissionais em psicologia existirem - não for capaz de atender e entender as demandas diferenciadas que existem no território brasileiro e compreender que para se interpretar sofrimento “de um indivíduo, família ou povo, é necessário conhecer a organização sociocultural da comunidade, já que a experiência emocional é um registro da cultura” (Ministério da Saúde, 2019, p. 18).

Referências

- Bardin, L. (1997). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baró, I. M. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>.

- Berni, L. E. V. (2016). A ciência, o índio e o Brasil: fundamentos para uma revisão epistemológica. In: Conselho Regional de Psicologia da 6.^a região (org.), *Povos Indígenas e Psicologia: a procura do bem viver* (pp. 104-109). https://www.crpsp.org/uploads/impresso/110/RLAg_HX8E6bm0fVjb2gpqCkreIBkTy0W.pdf.
- Brasil. (2008). *Lei Nº 11.645, de 10 de Março de 2008*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm.
- Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Recuperado de <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.
- Ministério da Educação. (2023). *Educação Superior*. Recuperado de <https://www.gov.br/mec/ptbr/acesoainformacao/perguntasfrequentes/educacao-superior-1>.
- Conselho Federal de Psicologia. (2004). *Série Gente da Terra*. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/06/relatorio_gente_terra.pdf.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo* (3rd ed.). <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na atenção básica à saúde* (2a ed.). https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP_atencaoBasica-2.pdf.
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos povos indígenas*. <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/030-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologasos-Junto-aos-Povos-Indigenas.pdf>.
- Conselho Regional de Psicologia da 6.^a região (org.) (2010). *Psicologia e Povos Indígenas*. <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/101/71PFBBgf9yJBWpDdUjvKfbMGNI95-DIS.pdf>.
- Conselho Regional de Psicologia da 6.^a região (org.) (2016). *Povos Indígenas e Psicologia: a procura do bem viver*. https://www.crpsp.org/uploads/impresso/110/RLAg_HX8E6bm0fVjb2gpqCkreIBkTy0W.pdf.
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2016, 31 de agosto). *História da Psicologia e as Relações Étnico Raciais* [Vídeo]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=kWxksk-c_0I&t=1654s.
- Ferraz, I. T., & Domingues, E. (2016). A Psicologia Brasileira e os Povos Indígenas: Atualização do Estado da Arte. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 3(36), 682-695. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001622014>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Censo Demográfico 2022: Indígenas. Primeiros resultados do universo*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Gráficos e Tabelas*. Recuperado de <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *O Brasil Indígena*. Recuperado de <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena>.
- Institutos Superiores de Ensino do Censa. *PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI 2022 – 2026*. Recuperado de https://www.isecensa.edu.br/wp-content/uploads/2023/11/PDI_2022_2026_REVISADO_2023_SITE.pdf.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M.. (2003) *Fundamentos de Metodologia Científica* (5a ed). São Paulo: Atlas.
- Ministério da Educação. (2011). *Resolução Nº 5 de 15 de março de 2011*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Recuperado de https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN52011.pdf?query=Brasil.
- Ministério da Saúde. (2007). *Portaria Nº 2.759, de 25 de outubro de 2007*. Estabelece diretrizes gerais para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas e cria o Comitê Gestor. Recuperado de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt2759_25_10_2007.html.
- Silva, T. S. (2019). *Psicologia e Povos Indígenas*. Conselho Regional de Psicologia do DF, 2019. Consultado a 17 de junho de 2020. <https://www.crp-01.org.br/notices/8464>.
- Universidade de Cuiabá. *Catálogo Institucional das condições de oferta dos cursos de graduação*. Recuperado de https://pim-cms.s3.sa-east-1.amazonaws.com/unic/public/2022-06/780_CI_UNIVERSIDADE%20DE%20CUIAB%C3%81_22.2_compressed.pdf.
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Campus São Leopoldo. *Currículo acadêmico em psicologia*. Recuperado de https://www.unisinos.br/graduacao/images/cursos/curriculos/psicologia/Psicologia_Currículo_Completo.pdf.

Universidade Federal de Roraima. *Estrutura curricular*. Recuperado de http://ufr.br/psicologia/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=7&Itemid=193.

Universidade Federal do Amazonas. *Matriz Curricular*. Recuperado de <https://fapsi.ufam.edu.br/graduacao/matriz-curricular.html>.

Universidade Salgado de Oliveira. *Ementa do curso*. Recuperado de <https://universo.edu.br/curso/psicologia/>.

Vianna, J. J. B., Cedaro, J. J., & Ott, A. M. T. (2012). Aspectos psicológicos na utilização de bebidas alcoólicas entre os Karitiana. *Psicologia e Sociedade*, 24(1), 94-103. doi:10.1590/S0102-71822012000100011.

Recebido em: 17 de out. 2021.

Aprovado em: 05 de mar.2024.

